



Relatório de Gestão 2022

Introdução

Uma vez mais, a APPACDM de Setúbal apresenta um resultado positivo robusto, num exercício difícil, marcado por contingências e vicissitudes, constrangimentos e contradições.

Assim tem acontecido, invariavelmente, nos anos mais recentes, quer quanto às contas exibidas, quer quanto à caracterização da situação que as gerou e acomodou.

Lidos à distância, e a história pode reservar-lhes essa sorte, estes documentos merecerão os epítetos de repetitivos e enfadonhos, teclando, no essencial, equivalentes pressupostos e premissas e similares conclusões.

Confinando o olhar retrospectivo ao ontem e ao anteontem, para mais facilmente convocarmos a memória, a nenhum de nós se oferece, porém, panorama capaz de suscitar outras constatações e reflexões.

Depois da pandemia, a guerra

Deixando, por enquanto, de parte as especificidades inerentes a uma realidade única, como é, inquestionavelmente, a nossa, sobressaltamos uma pandemia inaudita, com consequências apocalípticas, e, mal esta começa a dissipar-se, cansada de nos desafiar e atormentar, confronta-nos uma guerra devastadora no coração da Europa, arrastando a economia global para disrupções de difícil controlo e a sociedade para o espanto e a incredulidade.



Não sendo paralelas as linhas de interpretação ou de evolução destas duas convulsões civilizacionais, confluem ambas na complexidade das dificuldades geradas e no ambiente de insegurança e de incerteza suscitado, factores mitigados, senão mesmo neutralizados, no que à primeira se reporta, aparentemente muito longe de racionalizados e controlados quanto à segunda é seguro aventar.

Fosse a prudência a única força tutelar da nossa acção e a instituição ter-se-ia remetido a uma posição conservadora, expectante, privilegiando a preservação de meios e energias para investimento em fase mais auspiciosa, reagindo cautelosa às necessidades emergentes, escudando-se por detrás da imperiosa necessidade de protecção dos superiores interesses dos seus utentes e dos seus funcionários.

Sem descurar nenhuma destas preocupações e, na fase mais aguda do período pandémico, ninguém quanto nós esteve na linha da frente com coragem e disponibilidade, nunca perdemos, também, o sentido de futuro, a perspectiva de progresso e transformação, nunca nos entrincheiramos, nunca inibimos os nossos sonhos, nunca abandonamos ou secundarizamos os nossos projectos.

As crises não nos têm enfraquecido

Os primeiros meses de 2022 ainda nos encontraram receosos, tolhidos em processos rígidos e apertados, em diligências laboriosas, condicionados em regulamentos labirínticos, em orientações contraditórias, mas nenhuma dessas barreiras nos tapou a visão do horizonte que perseguimos, na resposta às famílias angustiadas, na construção de alternativas às limitações físicas de uma máquina administrativa cada vez mais aperreada, na assunção de responsabilidades



que, cabendo a muitos e mais fortes protagonistas, nenhum outro escolheu assumir.

Mas se a crise pandémica não nos derrubou nem enfraqueceu, as consequências da guerra, sobretudo o aumento dos custos da energia e dos combustíveis, alterou substancialmente a nossa estrutura orçamental e fez perigar o equilíbrio consolidado nos últimos anos.

Sem enjeitarmos nenhuma das nossas responsabilidades, sem descurarmos nenhuma das nossas vertentes de desenvolvimento e de interacção com a comunidade, pontos fulcrais da visão que temos da nossa missão, cada vez mais descentrada de temáticas e perspectivas circunscritas e redutoras, cada vez mais aberta e integradora de todo o complexo espectro de factores sociais, fomos capazes, mais uma vez, de almejar plataformas de compromisso, sólidas e equilibradas, acerto comprovado pelos resultados agora apresentados.

Continuamos a não conseguir alterar, é certo, a excessiva dependência de financiamentos públicos, mas, num período de profundos constrangimentos, ousar soluções de risco elevado podia revelar-se irresponsável, até mesmo aventureiro; continuamos a não ser capazes de inverter, é certo, o crónico desequilíbrio de algumas das nossas valências, mas sempre soubemos da presença desta marca indelével no seu ADN; continuamos a não conseguir captar no universo do poder autárquico, é certo, apoios substanciais, equivalentes àqueles que associações congéneres recolhem noutros pontos do país, mas a responsabilidade por estas opções programáticas alheias, se bem que partilhadas, não nos podem ser imputadas.



As nossas fragilidades

Mas se estas e outras fragilidades e disfunções buscam responsabilidades maiores fora do universo das nossas responsabilidades intrínsecas, já o mesmo não podemos nem devemos afirmar no concernente a aspectos de cuja responsabilidade não é legítimo ausentarmo-nos, nomeadamente a desarticulação de algumas funções adstritas ao sector dos transportes, gerando redundâncias e perdas de eficiência, o protelamento reiterado e inconclusivo de reparações em equipamentos essenciais, nomeadamente nas estruturas residenciais, a negligência e a desresponsabilização na utilização de recursos por parte de uma percentagem significativa de funcionários, criando e acentuando custos de reposição, de manutenção e reparação, a insuficiente utilização dos mecanismos da contratação pública, inviabilizando a imputação de alguns custos aos organismos de enquadramento e tutela.

Na base de quase todas estas discrepâncias encontramos uma incapacidade de articulação e potenciação de meios, a falta de rigor e determinação no acompanhamento do trabalho de alguns funcionários e a desvalorização de uma pedagogia activa de corresponsabilização na gestão dos recursos comuns.

Apenas as falhas respeitantes ao domínio da contratação pública se podem filiar em razões de ordem circunstancial, cuja correcção já foi iniciada e, paulatinamente, permitirá repor a normalidade.

Todas as demais carecem de uma análise mais aprofundada para a elaboração de diagnósticos claros, que devem suportar acções de correcção céleres e eficazes.



Reparações e manutenções

A dispersão da vida institucional em vários edifícios e estruturas e as características dos seus utilizadores habituais, coloca, em permanência, as questões da manutenção, da reparação e da reabilitação na ordem do dia.

A contratação de todos os serviços e funções a elas inerentes, além de provocar demoras muito difíceis de suportar e gerir no funcionamento de algumas valências, remeter-nos-ia para um patamar muito elevado de custos e dispêndio de energias na coordenação de todo este complexo processo.

Consciente destas contingências, a instituição mesclou a fidelização de algumas empresas e técnicos com o recrutamento e a acomodação nos seus quadros de pessoal de alguns profissionais, tendencialmente polivalentes e com uma certa dose de disponibilidade e flexibilidade.

A criação da empresa de jardinagem, com extensão funcional ao sector das limpezas e das intervenções mais simples e imediatas nas áreas da construção civil e das instalações de água e saneamento, trouxe alguma capacidade de resposta nestes domínios, aliviando a pressão e a urgência que alguns problemas poderiam suscitar.

Também a contratação de um electricista, embora a tempo parcial, permitiu agilizar respostas e soluções necessariamente urgentes e, também neste domínio, se aliviou alguma pressão sobre os responsáveis das valências, sobretudo das respostas residenciais, tendo em conta a natureza do seu funcionamento.

Ainda assim, a constatação da insuficiência destas soluções, curtas e meramente mitigadoras, justificou a procura da criação de um departamento de manutenção e reparações, ligado à empresa de jardinagem, mas na dependência de uma responsabilidade autónoma,



capaz de assumir intervenções de dimensão mais arrojada em vez de se esgotar na resposta a situações de emergência.

As tentativas ensaiadas não foram coroadas de absoluto sucesso, mas parece ser este o caminho e é na sua construção que a instituição deve investir por forma a recuperar algum tempo perdido e ganhar a dianteira em relação ao desgaste normal dos materiais e aos indícios de ocorrência de males maiores nas suas estruturas físicas. Ela implicará, igualmente, uma mais apurada capacidade de articulação dos diversos intervenientes nesta área, por forma a potenciar ao máximo a participação de cada um deles.

Racionalizar os transportes em vez de os personalizar

Afora este domínio, vital para o funcionamento da instituição, o sector dos transportes perfila-se como mais uma das vertentes que requer uma abordagem multidimensional.

Poupado durante o período da pandemia, mercê da reorganização dos percursos, tendencialmente dedicados, e da diminuição considerável da sua utilização, não cedeu à tentação de aproximar a resposta das necessidades apresentadas pelas famílias no pós-pandemia, estruturando itinerários e horários personalizados, esgotando recursos, encostando os meios disponíveis aos limites da sua utilização plena e regular.

Resultado: qualquer falha, qualquer percalço, desencadeia uma série infundável de perturbações, geradora de desequilíbrios e tensões por incapacidade de promover reajustamentos e ausência de redundâncias e alternativas disponíveis.

Esta tendência tem de ser invertida através da adopção de modelos organizativos racionais, libertos da primazia dos casos isolados,



discrepantes, sobre toda a estrutura. Sem menosprezar ou desvalorizar as necessidades das famílias, o sector não pode centrar no seu funcionamento a sua acomodação, antes deve convocar outros recursos e suscitar a emergência de novas e mais criativas formas de as satisfazer.

Se esta batalha não for travada e vencida, os transportes podem vir a transformar-se num sector afectado por uma doença crónica e incontrolável, num sorvedouro de recursos, num território gerador de tensões, de conflitos, de insatisfações.

A aquisição de novas viaturas, em curso, por si só apenas aliviará o problema e poderá até agudiza-lo se for entendida como mais uma oportunidade para, em abstracto, servir mais e melhor as famílias. Quanto mais elástico e personalizado for apresentado o serviço, mais exigente se tornará e mais recursos consumirá.

Recursos humanos

Mesmo em relação a estas duas últimas temáticas, é sobretudo de recursos humanos que falamos, mesmo quando nos focamos em vectores tão importantes quanto os equipamentos físicos ou os transportes.

Enfatizamos a sua centralidade no relatório do ano transacto e, embora algumas das suas alíneas tenham perdido força, estas e outras, entretanto surgidas, continuaram a merecer uma atenção redobrada e continuarão a exigir dos vários responsáveis institucionais proximidade e assertividade em doses suficientes.

A volatilidade ocorrida no período pós-pandemia foi-se atenuando e, no segundo semestre de 2022, não registamos qualquer saída do corpo técnico, enquanto as demais categorias regressaram, do mesmo modo, ao seu comportamento normal.



O que se mantém é a dificuldade de contratação de profissionais em determinadas categorias, por se manterem desencontradas as ofertas disponíveis com o caudal de saída das entidades formadoras, continuando esta discrepância a ser particularmente evidente entre as terapeutas ocupacionais, começando a manifestar-se idêntica tendência entre as terapeutas da fala e os psicomotricistas.

O aumento do salário mínimo nacional continua a comprimir níveis salariais e a diluir a diferenciação de categorias funcionalmente distintas e, não sendo um fenómeno novo, continua a gerar incompreensões e indignação, vitimizando, em primeira instâncias, os interlocutores mais directos e acessíveis, fazendo recair sobre os órgãos sociais das instituições particulares de solidariedade social a responsabilidade maior por um nivelamento que não promoveram, não aceitam e não têm como resolver sem pôr em perigo o seu equilíbrio financeiro.

O mesmo pode dizer-se em relação à diferença, que se esfuma, entre as categorias da base e os quadros técnicos, perdendo estes, nos últimos anos, em termos relativos, quer para a inflação quer no exercício comparativo. Por si só, este factor favorece de forma decisiva a procura de outros sectores, menos afectados por estes constrangimentos, e a opção por outros enquadramentos contratuais para o seu exercício profissional, no imediato mais interessantes.

As pessoas mais jovens são especialmente permeáveis a estas tendências, por estarem mais disponíveis e privilegiarem as vantagens remuneratórias, sendo este o grupo mais representativo na instituição.

Sem podermos ser determinantes na evolução destes factores, pouco mais podemos fazer do que oferecer a alguns destes jovens quadros perspectivas de realização pessoal e profissional, apostando na sua qualificação e valorização, atribuindo-lhes responsabilidades para os comprometer e mais facilmente os compensar.



O crónico défice de investimento nas respostas educacionais

De 2021 para 2022 transitaram as preocupações relativas às valências do universo educacional, acentuando a sua relevância, por agravamento do desajustamento dos seus orçamentos, mas, também, por se instalar uma indiferença irresponsável dos responsáveis políticos e o seu desprezo pelo reiterado incumprimento de compromissos da sua análise, tendo em vista a sua eventual correcção.

Como noutros fóruns se tem feito prova, os alunos das escolas de educação especial ficam mais baratos à administração pública do que a média dos custos despendidos no ensino regular por cada aluno, requerendo e beneficiando estes primeiros de recursos materiais e humanos incomparavelmente mais exigentes.

Já quanto aos Centros de Recursos para a Inclusão, os montantes para o desenvolvimento dos planos de acção protocolados com os agrupamentos escolares não são actualizados há sete anos, embora as escolas reclamem, justamente, o reforço de meios para o cumprimento da sua função e para a construção da escola inclusiva, que a tutela proclama e a sociedade exige.

Em ambas as vertentes, a instituição apresenta crescentes dificuldades em satisfazer as necessidades diagnosticadas, as exigências dos profissionais a elas afectas, e, no segundo caso, as expectativas das escolas, rendidas à pretensa disponibilidade financeira das IPPS para substituir o Estado nas suas obrigações naturais.

Se este quadro de desinvestimento e desrespeito não for rapidamente alterado, a APPACDM de Setúbal deverá não apenas concertar forças e estratégias com as suas congéneres, conforme tem feito com diligência, mas também equacionar a hipótese de destinar a cada



uma das duas vertentes apenas os meios que, para o efeito, lhe são atribuídos pelo Ministério da Educação.

Conclusão

Durante o ano de 2022, toda a estrutura dirigente da APPACDM de Setúbal mobilizou as suas melhores competências e capacidades e não poupou nos esforços para manter a sua solidez financeira, a sua credibilidade, a sua confiança no futuro, renovando e revitalizando uma perspectiva evolutiva fiável e consistente.

Os resultados e indicadores agora recolhidos, organizados e sistematizados, validam a estabilidade e a vitalidade perseguidas muito acima dos padrões expectáveis.

Já lançados em 2023, não nos animam outras razões, não temos outras capacidades para entregar ao trabalho árduo e dele esperamos equivalentes resultados.

Submete-se a aprovação do Relatório de Gestão para o ano de 2022, com a seguinte proposta: Aplicação de Resultados – transferência do Resultado Líquido positivo no montante de 318.346,91€ para Resultados Transitados:

Setúbal, 23 de Março de 2023

O Presidente da Direção



(Prof. José Viana da Silva Salazar)

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PAIS E AMIGOS
DO CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SETÚBAL

Cont. nº 504 646 869
Av. Francisco Xavier, Lote 8 - Cave
2900-616 SETÚBAL
Telf.: 265 541 160 Fax 265 541 175

Entidade: APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente |

Data de referência: Contas anuais 2022

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-22	31-dez-21
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis	5	3.148.132,91	3.204.362,78
Activos Intangíveis	6	144.340,42	147.787,51
Investimentos Financeiros	7	44.232,18	38.880,82
		3.336.705,51	3.391.031,11
Ativo Corrente			
Inventários	8	10.664,35	9.474,65
Clientes	9	34.094,86	33.340,71
Estado e Outros Entes Públicos	11	2.787,37	2.520,46
Outros Ativos Correntes	10	305.631,24	498.830,33
Diferimentos	15	23.425,36	14.807,57
Caixa e Depósitos Bancários	4	3.485.738,38	2.797.603,28
		3.862.341,56	3.356.577,00
TOTAL DO ACTIVO		7.199.047,07	6.747.608,11
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	1.500.000,00	1.500.000,00
Reservas	12	302.016,59	302.016,59
Resultados Transitados	12	2.889.585,21	2.600.543,78
Ajustamentos/Outras Variações Fundos Patrimoniais	12	1.134.583,62	1.163.317,89
		5.826.185,42	5.565.878,26
Resultado Liquido do Período		318.346,91	289.041,43
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		6.144.532,33	5.854.919,69
Passivo Corrente			
Fornecedores	13	50.038,21	38.779,50
Estado e Outros Entes Públicos	11	91.412,93	86.408,72
Outros Passivos Correntes	14	910.863,31	765.762,86
Diferimentos	15	2.200,29	1.737,34
		1.054.514,74	892.688,42
TOTAL DO PASSIVO		1.054.514,74	892.688,42
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		7.199.047,07	6.747.608,11

O Contabilista Certificado

A Direção

Alexandra Caspary

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PAIS E AMIGOS
DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE SETÚBAL
Cont. nº 504 646 869
Av Francisco Xavier, Lote 8 - Cave
2900-616 SETÚBAL
Tel. 265 541 166 - Fax 265 541 175

João Carlos Fabião

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2022

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, é uma pessoa coletiva de direito privado, constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos, com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Avenida S. Francisco Xavier, Lote 8 – C/V-Setúbal, com o número de identificação de pessoa coletiva 504 646 869. Foi constituída a 9 de maio de 2000 e tem como objeto principal o apoio social a pessoas com deficiência.

O presente anexo apresenta os procedimentos contabilísticos mais significativos na preparação das Demonstrações Financeiras da APPACDM e tem como objetivo melhorar a compreensão das contas.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da APPACDM foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) emitida e em vigor à data de 1 de janeiro de 2011, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria n.º 218/2015 de 23/07 - Código de Contas e respetivas notas de enquadramento (CC-ESNL);
- Portaria n.º 220/2015, de 24/07 – Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às Entidades do Setor Não Lucrativo.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, aprovadas pela Direção da APPACDM em 23/03/2023, estão expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo. De acordo com estes pressupostos os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento contidos na estrutura conceptual para esses elementos, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como se segue:

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras que se apresentam foram preparadas de acordo com a NCRF-ESNL, aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2022, seguindo, regra geral, como base de mensuração, o custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF-ESNL requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela APPACDM, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direção da APPACDM e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

3.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade e referem-se a equipamentos utilizados pela APPACDM, no âmbito da sua atividade.

O custo de aquisição compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar na forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do bem e de restauração do local no qual se encontra localizado.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a APPACDM.

Os custos de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime do acréscimo.

Os ativos fixos tangíveis atribuídos a título gratuito, na data de atribuição, são mensurados da seguinte forma e pela ordem apresentada:

- Justo valor;
- Valor pelo qual se encontram segurados;
- Valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador;

Os bens doados à APPACDM são sujeitos a avaliação, sendo assim registados ao seu justo valor, por contrapartida de fundos patrimoniais e subsequentemente imputados a rendimentos de acordo com o descrito na nota 3.2.8.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas segundo o método da linha reta (método das quotas constantes), após dedução do valor residual, de acordo os seguintes períodos de vida útil estimados:

Classe de investimento	Vida útil (Número de anos)
Edifícios e outras construções	De 5 a 50 anos
Equipamento básico	De 3 a 12,5 anos
Equipamento de transporte	De 4 a 25 anos
Equipamento administrativo	De 2 a 8 anos
Equipamentos biológicos	De 3 a 10 anos

As vidas úteis e valor residual são revistas anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na Demonstração de Resultados prospectivamente.

A APPACDM procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

3.2.2 Ativos Intangíveis

A APPACDM reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Associação e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade e são amortizados segundo o método das quotas constantes.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente os direitos de superfície, os quais se encontram a ser amortizados de acordo com o período dos direitos de superfície (50 anos). Os direitos de superfície estão mensurados de acordo com o valor atribuído, aquando da cedência (Doação), na escritura pública de constituição desses direitos.

No que respeita a restrições de uso, a estes direitos de superfície não poderá ser dado uso diferente daquele a que se destina (instalação e funcionamento das valências).

3.2.3 Outros Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

3.2.4 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio utilizado para as saídas de armazém é o custo médio ponderado.

3.2.5 Clientes e Outros Créditos a Receber

Os clientes e outros créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência da evidencia objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

A Associação encontra-se isenta de IRC, exceto quanto aos rendimentos obtidos e aos correspondentes gastos se incorridos fora do objeto social, que é o caso do projeto Flores da Arrábida. No ano de 2022, este projeto apurou um resultado líquido negativo no montante de 37.846,18€.

Essencialmente, o valor desta rubrica, no Ativo, respeita a 50% do valor dos reembolsos de iva solicitados de acordo com regimes previstos nos Decretos-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, n.º 113/90, de 5 abril e n.º 84/2017 de 21 de julho.

3.2.7 Caixa e Equivalentes de Caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa, em depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo.

Os descobertos bancários, caso existam, são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos Obtidos, e são considerados, na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.2.8 Subsídios do Governo e Doações

Subsídios ao Investimento

Os subsídios do Governo não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem (depreciações e amortizações). Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables, são mantidos nos Fundos Patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Subsídios à Exploração

Os subsídios obtidos no âmbito da execução de projetos e dos acordos de cooperação são registados na rubrica da Demonstração de Resultados “Subsídios à Exploração” na parte correspondente à percentagem de financiamento dos gastos incorridos durante o exercício em cada projeto independentemente do momento do recebimento dos subsídios, registando-se no passivo, os adiantamentos, e no ativo, os montantes a receber.

Um subsídio não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a APPACDM cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido, o que sucede após a assinatura do contrato ou na homologação do valor do subsídio pelas entidades financiadoras.

3.2.9 Reconhecimento dos rendimentos / gastos

Os gastos e os rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração os valores respeitantes às responsabilidades/recebimentos que dizem respeito ao exercício em causa.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

A APPACDM reconhece o rendimento das quotas dos sócios no momento do recebimento, exceto se estes forem referentes ao pagamento de quotas de períodos subsequentes, situação em que tais montantes são registados no balanço e reconhecidos em resultados no período respetivo.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

3.2.10 Gastos/ Rendimentos de Financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo.

3.2.11 Acontecimentos após a data do Balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 23/03/2023, data em que foram aprovadas as contas pela Direção da Associação conforme referido na nota 2.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação

sobre condições que ocorram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem materiais.

3.2.12 Imparidades

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação de existência de evidencia objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade registadas por contrapartida de resultados.

3.3 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As NCFR-ESNL requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no valor do Ativo, Passivo, Fundos Patrimoniais, Gastos e Rendimentos.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação poderá afetar os resultados e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na nota 3.2.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2022, a Associação não tinha qualquer processo judicial em curso que justifique o reconhecimento de uma provisão ou passivo contingente.

Imparidades de ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser realizável.

4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	15.841,91	9.110,37
Depósitos à Ordem	2.769.896,47	2.088.492,91
Outros Instrumentos Financeiros	700.000,00	700.000,00
Caixa e Depósitos Bancários	3.485.738,38	2.797.603,28

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Apresentamos de seguida os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis e respetivas rubricas de depreciações.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transfer. / Regulariz.	Abates	Saldo Final
VALOR BRUTO						
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	182.917,79					182.917,79
Edifícios O. Construções	4.742.601,49	18.111,75				4.760.713,24
Equipamento Básico	333.815,15	4.138,35				337.953,50
Equipamento Transporte	485.290,28	12.980,00	(8.400,00)			489.870,28
Equipamento administrativo	386.765,11	799,99				387.565,10
Equipamento biológico	4.550,00					4.550,00
Outros Ativos Fixos	6.495,74					6.495,74
Total Ativo Fixo Tang. Bruto	6.142.435,56	36.030,09	0,00	0,00	(8.400,00)	6.170.065,65
DEPRECIACÕES						
Ativos Fixos Tangíveis						
Edifícios O. Construções	1.892.592,26	92.004,81				1.984.597,07
Equipamento Básico	301.451,70	6.753,17		42,26		308.247,13
Equipamento Transporte	413.920,21	29.983,42	(6.720,00)			437.183,63
Equipamento administrativo	376.417,45	5.184,92		(42,26)		381.560,11
Equipamento biológico	900,46	568,75				1.469,21
Outros Ativos Fixos	6.042,74	339,79				6.382,53
Total das Depreciações	2.991.324,82	134.834,86	0,00	(0,00)	(6.720,00)	3.119.439,68
Investimentos em curso	53.252,04	44.254,90	0,00	0,00	0,00	97.506,94
Total Ativo Fixo Tang. Líquido	3.204.362,78	(54.549,87)	0,00	0,00	(1.680,00)	3.148.132,91

Em 31/12/2022 a Entidade tinha assumido um compromisso de compra de um imóvel pelo montante de 496.876,00 euros, através da celebração de um contrato-promessa de compra e venda, do qual já havia pago um sinal no montante de 49.687,60 euros.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Apresentamos de seguida os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Ativos Intangíveis e respetivas rubricas de depreciações.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transfer. / Regulariz.	Abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis						
Direitos de superfície	163.750,00					163.750,00
Programas Computador	17.330,19					17.330,19
Total Ativo Intangível Bruto	181.080,19					181.080,19
DEPRECIACÕES						
Direitos de superfície	16.175,00	3.275,00				19.450,00
Programas Computador	17.117,68	172,09				17.289,77
Total das Depreciações	33.292,68	3.447,09				36.739,77
Total Ativo Intangível	147.787,51	3.447,09				144.340,42

7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Esta rubrica é constituída pela contribuição para o Fundo de Compensação do Trabalho.

8. INVENTÁRIOS

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Existências Iniciais	9.474,65	13.088,68
Compras	49.407,32	49.674,00
Regularizações Existências	0,00	0,00
Existências Finais	10.664,35	9.474,65
Custo Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas	48.217,62	53.288,03

O valor de Inventário corresponde às existências finais em cada uma das valências da Instituição.

9. CLIENTES

Rubricas	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Clientes Gerais	13.657,10	-	16.353,84	-
Utentes	20.437,76	-	16.986,87	-
Clientes e Utentes Cob. Duvidosa	28.463,86	-	24.909,02	-
Perdas por Imparidade Acumuladas	(28.463,86)	-	(24.909,02)	-
Saldo	34.094,86	-	33.340,71	-

Em 2022 foi reconhecida uma perda por imparidade no valor de 3.554,84€.

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Rubricas	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Outros Instrumentos Financeiros	96.592,01	-	111.914,50	-
Outras Contas a Receber	209.039,23	-	386.915,83	-
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	-	0,00	-
Saldo	305.631,24	-	498.830,33	-

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Quanto à rubrica Estado e Outros Entes Públicos, é composta como se segue:

ATIVOS	31/12/2022	31/12/2021
Pagamentos por conta	0,00	0,00
Retenção s/ Rendimentos Capitais	150,00	187,50
Reembolsos Pedidos Iva	2.637,37	2.332,96
Impostos a receber	2.787,37	2.520,46
PASSIVOS		
Irc estimado	0,00	0,00
Retenções de IRS Trab. dependente	16.206,87	11.702,99
Retenções de IRS Trab. Independente	433,38	730,88

Iva	4.200,51	6.468,17
FCT/FGCT	1.180,80	1.160,68
Contribuições para a Seg. Social	69.391,37	66.346,00
Impostos a pagar	91.412,93	86.408,72

12. FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento ocorrido nas rubricas de Fundos Patrimoniais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi como segue:

Descrição	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras Var.Fundos Patrimoniais	Resultado Liq.Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 600 543,78	1 163 317,89	289 041,43	5 854 919,69
Alterações no Período							
Reconhecimento do subsídio de investimento	12				-53 734,27		-53 734,27
Outras Alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12			0,00	25 000,00		25 000,00
Doações	12				0,00		0,00
Aplicação do resultado do ano anterior	12			289 041,43		-289 041,43	0,00
				289 041,43	-28 734,27	-289 041,43	-28 734,27
Resultado Líquido do Período						318 346,91	318 346,91
Resultado Integral							289 612,64
Posição no Final do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 889 585,21	1 134 583,62	318 346,91	6 144 532,33

Os subsídios ao investimento atribuídos à APPACDM são reconhecidos em “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” e posteriormente reconhecidos em rendimentos na proporção da depreciação/amortização dos ativos subsidiados.

13. FORNECEDORES

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Passivos Correntes		
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais	46.581,83	35.323,12
Fornecedores Faturas Receção e Conferencia	3.456,38	3.456,38
	50.038,21	38.779,50

Os montantes apresentados são classificados como passivos correntes.

14. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Passivos Correntes		
Outras Contas a Pagar		
Remunerações a pagar ao pessoal	2.544,74	0,00
Credores por acréscimos	522.943,04	533.722,20
Outros devedores e credores	385.375,53	232.040,66

	910.863,31	765.762,86
--	-------------------	-------------------

15. DIFERIMENTOS

Os saldos credores apresentados no montante de 2.200,29€ (2022) e 1.734,34€ (2021) são relativos a Outros Rendimentos a Reconhecer e o saldo devedor de 23.425,36€ diz respeito a seguros referentes a 2023.

16. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Vendas	20.880,97	15.383,61
Quotas	8.232,00	6.923,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	1.394,46	320,59
Mensalidades	387.186,16	322.977,25
Prestações de Serviços	181.622,40	272.272,12
	599.315,99	617.876,57

17. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
ISS	2.437.361,69	2.268.214,72
IEFP	403.255,07	362.120,76
DREL	496.353,23	461.226,42
ACM (Projeto Escolhas)	44.415,38	35.827,27
AML (Projeto CAVI)	551.367,46	473.256,78
INR	11.239,41	19.367,38
Autarquias	39.132,00	15.100,00
Outras Entidades	121.579,99	125.201,40
	4.104.704,23	3.760.314,73

Os subsídios à exploração (quer os recebidos do IEFP, quer os recebidos do ACM e AML) foram reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo.

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Subcontratos	136.930,34	101.364,56
Serviços especializados	173.754,48	163.931,99
Materiais	37.548,88	36.469,04
Energia e Fluidos	132.609,26	98.243,84
Deslocações Estadas e Transportes	21.691,44	17.532,73
Serviços Diversos	73.762,26	78.190,48
TOTAL	576.296,66	495.732,64

19. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos Gastos com o Pessoal nos exercícios findos em 2022 e 2021 foi a seguinte:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações do Pessoal	2.999.386,08	2.802.225,13
Encargos sobre Remunerações	600.945,83	565.592,43
Seg. Acidentes Trabalho	38.635,60	35.802,28
Outros Gastos com o Pessoal	10.561,97	6.750,72
TOTAL	<u>3.649.529,48</u>	<u>3.410.370,56</u>

O número médio de colaboradores ao serviço da APPACDM no ano de 2022 foi de 236 e em 2021 foi de 269.

Os órgãos sociais da APPACDM não auferiram qualquer remuneração.

20. AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

O valor de 15.322,49€ reflete o ajustamento nos Outros Instrumentos Financeiros à data de 31/12/2022.

21. OUTROS RENDIMENTOS

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos suplementares	68.316,09	46.449,13
Recuperação dividas a receber	0,00	442,32
Rendimentos Inv. Não Financeiros	7.609,90	4.659,41
Correções relativas a períodos anteriores	19.888,25	7.901,50
Excesso da estimativa p/impostos	0,00	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	53.734,27	63.924,67
Outros não especificados	37.108,27	15.596,03
Juros obtidos	1.178,42	1.160,42
	<u>187.835,20</u>	<u>140.133,48</u>

22. OUTROS GASTOS

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Impostos	8.336,56	8.555,29
Perdas em inventários	0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	11.002,97	1.454,63
Quotizações	1.717,00	2.119,00
Outros custos não especificados	121.248,94	117.853,28
	<u>142.305,47</u>	<u>129.982,20</u>

A Rubrica “Outros custos não especificados” inclui gastos com bolsas, subsídio de transporte e subsídio de alimentação dos utentes do CRP e bolsas dos contratos de emprego apoiado.

23. GARANTIAS E AVALES

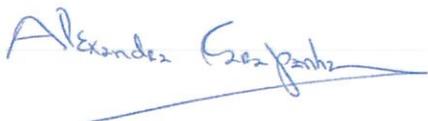
A APPACDM não prestou qualquer garantia ou aval.

24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

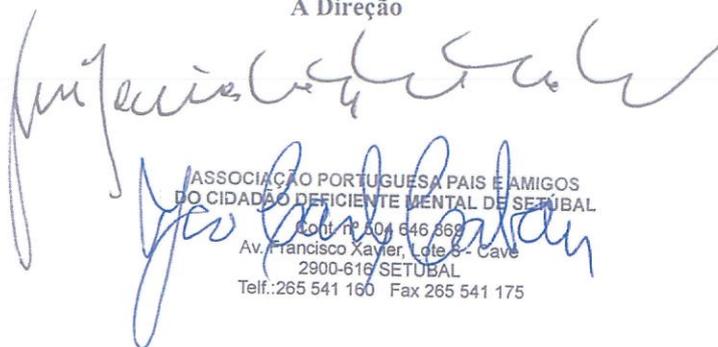
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras com referência a 31/12/2022.

Setúbal, 23 de março de 2023

O Contabilista Certificado



A Direção



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PAIS E AMIGOS
DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE SETÚBAL
Lote nº 304 646 869
Av. Francisco Xavier, Lote 5 - Cave
2900-616 SETÚBAL
Telf.: 265 541 160 Fax 265 541 175

Entidade: APPACDM de Setubal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

Data de referência: Contas anuais 2022

Demonstração financeira: Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

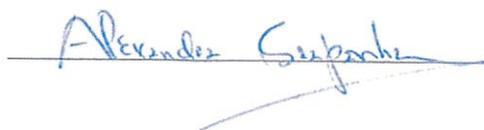
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2021

Descrição	Notas	Euros					
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras Var.Fundos Patrimoniais	Resultado Liq.Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 498 395,67	1 227 242,56	102 148,11	5 629 802,93
Alterações no Período							
Reconhecimento do subsídio de investimento					-63 924,67		-63 924,67
Outras Alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				0,00			0,00
Doações					0,00		0,00
Aplicação do resultado do ano anterior				102 148,11		-102 148,11	0,00
				102 148,11	-63 924,67	-102 148,11	-63 924,67
Resultado Líquido do Período						289 041,43	289 041,43
Resultado Integral							225 116,76
Posição no Final do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 600 543,78	1 163 317,89	289 041,43	5 854 919,69

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2022

Descrição	Notas	Euros					
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras Var.Fundos Patrimoniais	Resultado Liq.Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 600 543,78	1 163 317,89	289 041,43	5 854 919,69
Alterações no Período							
Reconhecimento do subsídio de investimento	12				-53 734,27		-53 734,27
Outras Alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12			0,00	25 000,00		25 000,00
Doações	12				0,00		0,00
Aplicação do resultado do ano anterior	12			289 041,43		-289 041,43	0,00
				289 041,43	-28 734,27	-289 041,43	-28 734,27
Resultado Líquido do Período						318 346,91	318 346,91
Resultado Integral							289 612,64
Posição no Final do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 889 585,21	1 134 583,62	318 346,91	6 144 532,33

O Contabilista Certificado



A Direcção



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE SETÚBAL

Cont. nº 504 646 869
Av. Francisco Xavier, Lote 8 - Cave
2900-616 SETÚBAL
Telf.:265 541 160 Fax 265 541 175

Entidade: APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

Data de referência: Contas anuais 2022

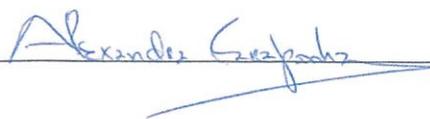
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-dez-22	31-dez-21
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes e Utentes		598.561,84	599.900,57
Pagamentos a Fornecedores		(622.600,11)	(551.866,01)
Pagamentos ao Pessoal		(3.629.592,82)	(3.394.822,79)
Caixa gerada pelas operações		(3.653.631,09)	(3.346.788,23)
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		187,50	641,00
Outros Recebimentos / Pagamentos		4.372.199,46	3.510.555,63
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		718.755,87	164.408,40
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
<u>Pagamentos Respeitantes a:</u>			
Ativos Fixos Tangíveis		(79.191,46)	(18.762,86)
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		(5.351,36)	(8.842,98)
Outros Ativos		0,00	(112.000,00)
<u>Recebimentos Provenientes de</u>			
Ativos Fixos Tangíveis		5.050,00	0,00
Investimentos Financeiros		317,13	194,24
Subsídios ao Investimento		17.500,00	0,00
Juros e Rendimentos Similares		556,92	668,02
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(61.118,77)	(138.743,58)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
<u>Recebimentos Provenientes de:</u>			
Doações		30.498,00	30.993,48
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		30.498,00	30.993,48
Variação de Caixa e seus Equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		688.135,10	56.658,30
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		2.797.603,28	2.740.944,98
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	4	3.485.738,38	2.797.603,28

O Contabilista Certificado

A Direção





ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS
DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE SETÚBAL
Cont. nº 504 646 869
Av. Francisco Xavier, Lote 8 - Cave
2900-616 SETÚBAL
Telf.: 265 541 160 Fax 265 541 175

Entidade: APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

Data de referência: Contas anuais 2022

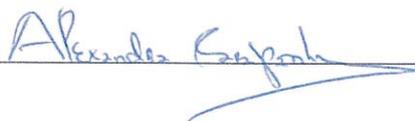
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

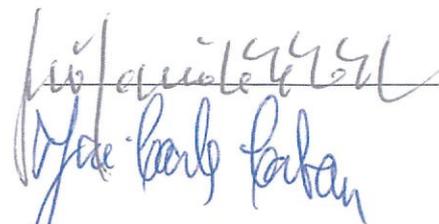
Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
Vendas e Serviços Prestados	16	599.315,99	617.876,57		
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	17	4.104.704,23	3.760.314,73		
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	8	-48.217,62	-53.288,03		
Fornecimentos e Serviços Externos	18	-576.296,66	-495.732,64		
Gastos com o Pessoal	19	-3.649.529,48	-3.410.370,56		
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	9	-3.554,84	-831,32		
Aumentos/Reduções de Justo Valor	20	-15.322,49	-85,50		
Outros Rendimentos	21	187.835,20	140.133,48		
Outros Gastos	22	-142.305,47	-129.982,20		
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		456.628,86	428.034,53		
Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização	5 e 6	-138.281,95	-138.993,10		
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		318.346,91	289.041,43		
Resultado Antes de Impostos		318.346,91	289.041,43		
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00		
Resultado Líquido do Período		318.346,91	289.041,43		

O Contabilista Certificado

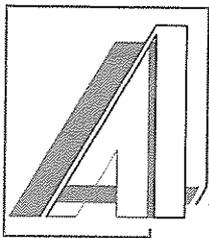
A Direção





ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PAIS E AMIGOS
DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE SETÚBAL

Cont. nº 504 646 869
Av. Francisco Xavier, Lote 8 - Cave
2900-616 SETÚBAL
Telf.:265 541 160 Fax 265 541 175



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, I.P.S.S.*, (“Entidade” ou APPACDM), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 7.199.047 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.144.532 euros, incluindo um resultado líquido de 318.347 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, I.P.S.S.* em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reserva

À data do nosso relatório, encontravam-se em curso vários trabalhos na área do Ativo fixo tangível com vista a suprir algumas das limitações existentes em termos da informação apresentada no cadastro dos ativos, bem como inventariar todos os bens na posse da APPACDM e proceder à respetiva atualização cadastral. Tais trabalhos têm vindo a ser desenvolvidos desde o processo de encerramento das contas de 2018, no entanto, não tendo sido concluídos, o cadastro de ativos da APPACDM ainda não permite efetuar uma verificação inequívoca dos bens de sua propriedade, pelo que não podemos certificar, na sua totalidade, a rubrica de Ativos fixos tangíveis, inscrita no Balanço pelo montante de 3.148.133 euros, bem como concluir sobre a inclusão de todos os bens nas demonstrações financeiras.

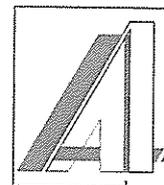
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da *Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de



Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

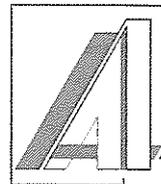
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de março de 2023

Assinado por: **JOSÉ DUARTE ASSUNÇÃO DIAS**
Num. de Identificação: 00362136
Data: 2023.03.23 15:51:05+00'00'

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Duarte Assunção Dias
ROC nº 513 registado na CMVM com o nº 20160185